

Decisão Controversa: O Impacto do Veto de Trump na Distribuição de Remédios contra HIV para Países Pobres

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Rafaela Ribeiro Lopes
Renato Horta Rezende
Gil César De Carvalho Lemos Morato
Luciano Almeida Lopes
Renata Apolinário De Castro Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

“Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.” O conceito adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948 simboliza um horizonte a ser almejado, mesmo sendo distante da realidade, utópico e até mesmo inatingível. Defende-se que a saúde é um direito imprescindível e deve ser garantido a todos.

Nesse contexto, é fundamental discutir o direito à saúde como um direito humano fundamental e analisar as políticas e programas que visam garantir o acesso à saúde para todos. A interrupção da distribuição de medicamentos antirretrovirais (ARVs) durante o governo Trump, especialmente para países de baixa renda, é um exemplo de política que pode ter impactos negativos significativos na saúde pública e nos direitos humanos.

Objetivo

Discutir o direito à saúde como direito humano fundamental, conforme previsto em legislações e convenções internacionais, e analisar o impacto da interrupção da distribuição de medicamentos antirretrovirais (ARVs) durante o governo Trump, especialmente para países de baixa renda, como o Brasil.

Material e Métodos

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental, para discutir o direito à saúde como direito humano fundamental e analisar o impacto da interrupção da distribuição de medicamentos antirretrovirais (ARVs) durante o governo Trump. Materiais

- Documentos legais:
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
- Convenção Americana de Direitos Humanos (1969)
- Constituição Brasileira



- Lei nº 8.142/1990
- Documentos políticos:
- PEPFAR (Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Alívio da AIDS)

Fontes secundárias:

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Métodos

Análise documental: os documentos legais e políticos foram analisados para identificar as disposições relevantes ao direito à saúde e ao acesso a medicamentos ARVs;

Revisão da literatura: a pesquisa também pode ter envolvido uma revisão da literatura sobre o tema, embora isso não esteja explicitamente mencionado no texto;

Resultados e Discussão

O direito à saúde está previsto no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assegura a todos um nível de vida suficiente para garantir saúde e bem-estar. A Convenção Americana de Direitos Humanos (Art. 26) estabelece a progressividade e proteção contra retrocessos em direitos como a saúde. Durante o governo Trump, houve pausa na distribuição de medicamentos ARVs, impactando negativamente programas como o PEPFAR. Essa suspensão afetou países de baixa renda e pode ser considerada uma violação de direitos humanos. No Brasil, a Constituição (Art. 196) e a Lei nº 8.142/1990 garantem o acesso universal à saúde. A interrupção de medicamentos anti-HIV compromete o direito à saúde e à vida, gera desigualdades e infringe convenções internacionais.

Conclusão

A decisão do governo Trump de interromper a distribuição de medicamentos antirretrovirais afetou negativamente a saúde pública mundial e pode impactar países como o Brasil, mesmo com seus programas de tratamento bem estabelecidos. Tal decisão representa um retrocesso no combate ao HIV e uma violação dos direitos humanos fundamentais.

Referências

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – Art. 25
Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) – Art. 26
Constituição Brasileira – Art. 196 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Lei nº 8.142/1990 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
Organização Mundial da Saúde (OMS)
PEPFAR (Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Alívio da AIDS)